

2 Novo CCT para empresas de trabalho temporário: melhores salários mínimos

3 AHV-AVS: Não perca de vista o seu seguro de velhice e sobrevivência

4 Eleições para o Parlamento Europeu: É importante votar por uma Europa social

Nr. 1 | fevereiro 2019 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

Dumping salarial

Um problema grave e muito frequente



As medidas de acompanhamento defendem salários e condições de trabalho

Na obra da Europaallee, em Zurique, ladrilhadores estrangeiros trabalharam durante meses quase sem receber salários. Só graças à intervenção do Unia é que os salários foram pagos. Este e outros casos escandalosos de dumping salarial são com frequência manchetes dos jornais, mas são só a ponta do iceberg. O dumping salarial é um problema generalizado em muitos sectores. Está completamente fora de controlo e, por conseguinte, as medidas de acompanhamento devem ser reforçadas.

Mais de CHF 100 000 em retroactivos

Os ladrilhadores que trabalhavam na Europaallee começaram a trabalhar em Junho para um subempreiteiro de uma empresa de colocação de pavimentos e quase não recebiam salários. Foram, mesmo, obrigados a falsificar documentos para que o dumping salarial passasse despercebido.

CHF 3500 líquidos ao mês, era quanto a subempreiteira tinha prometido aos onze trabalhadores italianos para virem trabalhar na Suíça. Mas em vez do salário completo, durante meses eles só receberam pequenos pagamentos em dinheiro e sem recibo.

Truque manhoso

Quando os chefes se aperceberam que isto poderia ser problemático em caso de inspecções, passaram a utilizar um truque manhoso para conseguirem obter folhas de salário aparentemente correctas. Aos ladrilhadores, eles apresentavam, como prova do pagamento dos salários, um comprovativo de transferência do salário para a conta bancária. Depois de os trabalha-

dores terem assinado os recibos de pagamento, eles cancelavam o pagamento bancário.

Pagamento antes do Natal

Depois de uma intervenção do sindicato Unia, o empreiteiro geral Porr assumiu a responsabilidade e tomou medidas imediatas para que este caso de dumping salarial, que é infelizmente típico para o ramo, pudesse ser rapidamente resolvido.

Os trabalhadores afectados receberam os salários em falta, num total de CHF 100 000, e ficaram felizes por poderem festejar bem o Natal. Passaram também a ser contratados pela empresa suíça de pavimentação e não pela subempreiteira.

Mais direitos graças à livre circulação de pessoas

Até ao ano 2002 estes trabalhadores migrantes estariam, na sua qualidade de saisonniers, completamente à mercê do empregador. Com a entrada em vigor da livre circulação de pessoas entre a Suíça e a União Europeia, os trabalhadores migrantes adquiriram mais

direitos. Esta foi uma importante conquista para os trabalhadores. Mas porque a pressão sobre os salários vai aumentando, as medidas de acompanhamento são cada vez mais necessárias e têm de ser reforçadas.

Se o dumping salarial se tornar a norma, isso é muito prejudicial para todos os trabalhadores. O dumping salarial desencadeia uma espiral negativa, que coloca empresas, postos de trabalho e salários sob pressão. Resultado: as empresas cumpridoras têm de reduzir postos de trabalho e de aprendizagem, e os salários de todos baixam.

São necessários instrumentos eficazes contra o dumping salarial

Na Suíça, as autoridades são responsáveis pelo cumprimento das condições de trabalho e salariais em vigor. Mas faltam instrumentos eficazes contra o dumping salarial. Empresas que não cumprem as disposições em vigor podem – mesmo se forem apanhadas – continuar, quase sem entraves, com os mesmos abusos. Não têm

de temer consequências sérias. Por isso, exigimos medidas eficazes para travar o dumping salarial.

Exigências da Unia

O Unia exige o reforço das medidas de acompanhamento, porque apesar das medidas existentes, as condições de trabalho na Suíça pioram e o dumping salarial aumenta. Estas são as reivindicações do Unia para melhores condições de trabalho:

- Simplificação da declaração de força obrigatória dos contratos colectivos de trabalho (CCT)
- Interrupção do trabalho em caso de não cumprimento das disposições em vigor
- Maior facilidade de acesso às empresas e aos estaleiros da construção
- Melhor protecção dos representantes do pessoal
- Obrigação de negociação
- Salários suíços para contratos públicos
- Inspeções mais rigorosas e sanções mais duras

Osman Osmani



Editorial

Com transparência contra o dumping salarial

CHF 100 000 foi quanto uma subempreiteira em Zurique teve de repor aos trabalhadores num caso de dumping salarial. Este caso mostra bem que, nos últimos tempos, o dumping salarial não diminuiu, antes pelo contrário. Sozinhos, os trabalhadores atingidos, na sua maioria migrantes, só dificilmente conseguem fazer valer os seus direitos. Não agem logo na esperança de que o chefe venha finalmente a pagar os salários em atraso. E muitas vezes esperam demasiado, até que a empresa entre em falência ou o chefe desapareça.

Seria muito melhor se os trabalhadores atingidos se dirigissem imediatamente ao Unia e não esperassem até que seja demasiado tarde. Porque juntos podemos lutar para que os direitos laborais sejam respeitados. Podemos exigir isso directamente, nos tribunais ou fazendo com que haja uma inspecção na empresa.

Mas é claro que seria ainda melhor se, desde o início, não existisse dumping. Com o novo sistema ISAB, que incluirá vários ramos e será introduzido ainda este ano, isto deve ser possível. No futuro, será claro logo no momento da adjudicação de um contrato se a empresa cumpriu o CCT em contratos passados. O objectivo do sistema é que os contratos só sejam adjudicados a empresas que cumpram o CCT e que isso faça aumentar a pressão sobre as empresas não cumpridoras.

O Unia está convencido: Só juntos conseguimos evitar dumping salarial e a concorrência barata. Felizmente que os empregadores também já entenderam isso, em parte graças à pressão dos trabalhadores da construção e dos sócios do Unia.

Lena Frank,
secretária do sector da construção

Notícias breves

Política de migração e livre circulação de pessoas – que visões sindicais?

Conferência de migração da União de Sindicatos Suíços (USS): Sábado, 30 de Março de 2019, 09h30–16h00, Restaurante Mappamondo, Berna

A conferência de migração da USS dirige-se a sócios dos sindicatos desta central sindical e vai este ano discutir a política suíça de migração. Três comunicações plenárias introduzirão uma perspectiva histórica e colocarão a situação actual em perspectiva. O contexto internacional (acordo-quadro com a UE, Pacto global para migração da ONU) será focado, bem como os problemas internos suíços, tais como a Iniciativa da UDC para limitação da imigração. Em grupos de trabalho e workshops, os participantes formularão reivindicações e visões perspectivando o futuro da política migratória suíça, bem como estratégias contra ataques e discursos racistas na política e nos meios de comunicação social.

A participação é livre para os sócios dos sindicatos da USS, entre eles o Unia. A inscrição pode ser feita através de migration@unia.ch.

Franquias mais altas são uma carga insuportável

Em nenhum outro país da Europa ocidental os segurados pagam tanto do seu próprio bolso para as despesas de saúde como na Suíça – isto sem contar com os prémios do seguro de saúde. A escolha de uma determinada franquia é uma decisão tão pouco livre como a de ir ao médico. A ida ao médico – contrariamente àquilo que é a crença geral de que as pessoas vão por qualquer ninharia ao médico – é, de acordo com um estudo da OCDE, menos frequente do que em qualquer dos países vizinhos. Na Alemanha, por exemplo, regista-se 10 consultas médicas por pessoa num ano, enquanto que na Suíça se registam apenas 4. Seguindo a decisão do Conselho Nacional do Parlamento suíço, também a comissão do Conselho de Estados pretende agora vincular o valor da franquia do seguro básico de saúde ao desenvolvimento dos custos na área da saúde. Esta decisão não tem a realidade em conta – nem a situação dos segurados na Suíça nem no que toca à comparação com o estrangeiro.



Tribunal constata violação de processo de consulta no caso de despedimentos colectivos por Elis Suisse SA

No final de 2017, Elis Suisse SA fechou a sua filial em La Sarraz (VD), sem cumprir com o processo de consulta para casos de despedimentos colectivos. Depois de uma queixa do Unia, o Tribunal de Trabalho de Lausanne confirmou esta violação. O Unia saúda a decisão do Tribunal de Trabalho e lamenta o comportamento da empresa, que durante todo o processo aplicou uma estratégia de adiamento. Isto não é digno de uma empresa que assinou um contrato colectivo de trabalho e que usufrui de contratos públicos. O Unia exige que os Serviços de Emprego do cantão de Vaud multem a empresa. A multa pode ir até CHF 40 000.

CNT da construção civil: o resultado Lutar compensa!

Foram necessárias 20 rondas de negociações e uma luta laboral intensa, mas agora é certo: a 1 de Janeiro de 2019 entrou em vigor o novo contrato nacional de trabalho para o sector principal da construção civil (CNT), a reforma aos 60 anos está assegurada e os trabalhadores da construção civil recebem um aumento salarial decente.

O resultado em resumo

A reforma aos 60 anos está assegurada e o contrato nacional de trabalho (CNT) foi renovado com alguns melhoramentos. E os trabalhadores da construção civil recebem finalmente o aumento salarial há muito merecido: em 2019 e 2020, respectivamente, os salários mensais no sector da construção aumentarão 80 francos suíços.

A pressão dos trabalhadores da construção surtiu efeito

Lutar vale a pena – isto foi demonstrado de maneira impressionante pelos trabalhadores da construção no ano passado. A manifestação de Junho de 2018 em Zurique marcou o início das grandes mobilizações da construção civil: milhares de trabalhadores da construção civil de toda a Suíça saí-

ram à rua e manifestaram-se em voz alta pelos seus direitos.

Pela dignidade e pelos direitos dos trabalhadores

Anteriormente, os empreiteiros tinham recusado durante meses negociar pela salvaguarda da reforma aos 60 anos de idade. Posteriormente, queriam um corte claro na reforma antecipada: idade de reforma 62 anos ou cortes de 30% nas pensões. E também faziam exigências brutais de dismantelamento, em detrimento dos trabalhadores da construção civil mais velhos.

Não permitimos que façam chantagem connosco!

Depois da manifestação de Junho, os construtores retiraram as suas exigên-

cias radicais relativamente à reforma antecipada. No entanto, para a celebração do contrato, pretendiam a abolição efectiva das normas relativas ao tempo de trabalho, pondo assim em perigo a saúde e a vida dos trabalhadores da construção civil.

Maior movimento de protesto dos últimos dez anos

Mais de 15 000 trabalhadores da construção civil de todo o país paralisaram os seus trabalhos em Outubro e Novembro. Esta foi a maior mobilização de trabalhadores da construção civil nas últimas décadas. E foi um sinal decisivo, um exemplo para todos, muito além do sector da construção: a união faz a força!

Osman Osmani



Os trabalhadores da construção lutaram e valeu a pena: conseguiram um bom CNT

Trabalho temporário CCT para as empresas de trabalho temporário

O novo contrato colectivo de trabalho (CCT) para as empresas de trabalho temporário está em vigor desde 1 de Janeiro de 2019. O Conselho Federal declarou-o de força obrigatória, o que quer dizer que o CCT se aplica a todas as agências de contratação de pessoal temporário na Suíça. Mais de 360 000 trabalhadores ficam assim sujeitos a este CCT.

Trabalho temporário

Na Suíça, cerca de 360 000 pessoas trabalham em regime temporário, em todos os ramos. O contrato colectivo de trabalho para as empresas de trabalho temporário (CCT para as empresas de trabalho temporário) regula as suas condições de trabalho.

O trabalho temporário aumenta sem parar na Suíça. Cada vez são mais as

pessoas que trabalham desta forma – seja no sector da construção civil, da indústria ou de serviços.

O contrato colectivo de trabalho (CCT) continua a assegurar aos trabalhadores temporários normas mínimas vinculativas, em matéria de salário e de condições laborais, regulamentação moderna para a Previdência Profissional, uma solução

dentro sector para o subsídio diário em caso de doença e um fundo próprio para formação contínua. O novo CCT estará em vigor até final de 2020.

Salários mínimos mais altos e Equal Minimum Pay

Os parceiros sociais acordaram aumentar os salários mínimos em 60 a 75 francos tanto em 2019 como em 2020. A partir de 2021, o Equal Minimum Pay-Prinzip (princípio de igualdade de remuneração) será também implementado no CCT para as empresas de trabalho temporário. Dessa forma, os trabalhadores temporários receberão o mesmo salário mínimo que os trabalhadores efectivos, mesmo nos sectores e nas empresas em que os CCT não foram declarados de força obrigatória. Nos sectores com um CCT de força obrigatória já se aplicam, actualmente, os mesmos salários mínimos para os trabalhadores temporários e os efectivos.

Osman Osmani



CCT das empresas de trabalho temporário: agora válido para todas as empresas

14 de Junho 2019: greve das mulheres e dia de acções

Respeito – melhores salários – mais tempo!

No ano passado, a 22 de Setembro, 22 000 pessoas manifestaram-se, em Berna, por igualdade salarial e contra discriminações. Já no período de mobilização para essa manifestação se tornou claro que as mulheres queriam continuar a lutar depois da manifestação e que estão prontas a lutar pelos seus direitos. Uma greve das mulheres no dia 14 de Junho de 2019 estava no ar e não há forma de a parar! Depois da manifestação, formaram-se em quase todos os cantões alianças para a greve, nas quais o Unia também está presente. É claro que as mulheres não vão continuar de braços cruzados! Em toda a Suíça, as mulheres do Unia vão fazer greve a 14 de Junho.

Respeito, melhores salários, mais tempo

Nós queremos respeito. Isto significa valorização do nosso trabalho e melhores oportunidades. As mulheres merecem melhores salários, por isso queremos igualdade salarial e salários dignos, que cheguem para o custo da vida. Exigimos também maior compatibilidade entre a vida laboral e familiar e mais tempo para os nossos filhos, amigos e família, assim como melhor acesso a formação continua e a melhores perspectivas profissionais.

O que fazer?

A greve e as acções terão, nos diversos sítios, formas diferentes. No dia 14 de Junho podes fazer greve (por exemplo, estendendo a hora do almoço) ou participar numa das manifestações que terão lugar às 15h30. Também podes participar nas assembleias de greve regionais ou simplesmente falar com os teus colegas sobre a greve e organizar com eles uma acção na tua empresa. No dia 10 de Março haverá em Biel/Bienne um encontro nacional com várias centenas de mulheres – participa tu também (10h–16h na Volkaus/Maison du peuple de Biel/Bienne).

És convocada com pouca antecedência para trabalhar e tens, por isso, dificuldade em encontrar quem tome conta dos teus filhos? O teu colega ganha mais do que tu, embora tanto tu como ele façam o mesmo trabalho? Tens a sensação que as pessoas não dão valor ao teu trabalho? Todas as mulheres conhecem histórias como estas ou outras. Muito daquilo que as mulheres experienciam no trabalho não são casos únicos. É importante que tornemos os problemas visíveis porque só assim é que podemos melhorar a situação. Conta-nos as tuas experiências. Na página de internet www.frau-streikt.ch (alemão), greve-feministe.ch (francês) e sciope-ro-delle-donne.ch (italiano) podes contar-nos as tuas experiências.



womensmarch2019_ZH_Foto©Ida Schmierer

Iniciativa «Multinacionais responsáveis» exige regras claras

Responsabilizar as multinacionais!

As multinacionais suíças são frequentemente notícia de jornal porque violam os direitos humanos e dos trabalhadores ou porque poluem o meio ambiente. A iniciativa popular «Multinacionais responsáveis» quer pôr fim a isto.

Trabalho infantil em plantações de cacau, exploração em fábricas de confecção de vestuário, contaminação de rios durante a extracção de matérias-primas, violência contra sindicalistas activos – as empresas suíças violam constantemente os direitos humanos fundamentais (e, portanto, também os direitos dos trabalhadores) e as normas ambientais nas suas actividades no estrangeiro. Só entre 2012 e 2017 foram documentados 62 delitos cometidos por 34 empresas suíças – um por mês! Na realidade, o número será provavelmente superior.

Glencore, Nestlé, Holcim ...

Sobretudo as multinacionais de matérias primas como a Glencore são pouco escrupulosas. No ano passado a IndustriALL Global Union, federação sindical internacional que representa 50 milhões de trabalhadores do sector mineiro, energético e industrial, constatou que a empresa sediada em Zug viola sistematicamente os direitos humanos e laborais na República Democrática do Congo. Outras empresas também fizeram e continuam a fazer manchetes negativas. Por exemplo, a Nestlé (violência contra sindicalistas) ou a empresa cimenteira LafargeHolcim, que desrespeita as normas fundamentais de segurança na Índia: só em 2016 e 2017, mais de 150 trabalhadores morreram em acidentes de trabalho.

Quem causa danos deve arcar com as responsabilidades

Actualmente, não existe nenhuma lei que obrigue as empresas a respeitarem os direitos humanos e laborais nas actividades que desenvolvem em todo o mundo. É muito difícil que os responsáveis na Suíça respondam pelas suas acções noutros países. A iniciativa «Multinacionais responsáveis» quer mudar isto. As empresas sediadas na Suíça que operam a nível internacional devem garantir que não violam os direitos humanos e que cumprem as normas ambientais. Se não cumprirem este dever de diligência e se isso acarretar danos para as pessoas e o meio ambiente, serão responsabilizadas. Quem causar danos, responderá por isso!

Pepo Hofstetter)

Torne-se activo agora!

A iniciativa popular «Multinacionais responsáveis» (Kovi) foi apresentada em Outubro de 2016 e está actualmente em consulta parlamentar. Conta com o apoio de mais de 100 organizações, entre elas o Unia e a União dos Sindicatos Suíços. No Verão passado, o Conselho Nacional apresentou uma contraproposta que tem em conta uma série de preocupações importantes mas, ao mesmo tempo, que restringe o âmbito de aplicação. O Conselho de Estados debaterá esta questão na Primavera. Prevê-se que a votação tenha lugar no início de 2020.

As multinacionais e seus lobbies Economiesuisse e Swissholdings lutam veementemente contra a iniciativa. Lutam com unhas e dentes para impedir normas vinculativas e a sua responsabilização em caso de infracções. No entanto, as sondagens mostram que a iniciativa é acolhida com grande simpatia pela população. Para ganhar a votação, é importante agir agora.

Precisamos do teu apoio: Encomenda uma bandeira ou um saco Kovi gratuitos e mostra o teu apoio a esta causa importante!

konzern-initiative | initiative-multinationales.ch | iniziativa-multinazionali.ch
facebook.com/konzerninitiative | facebook.com/initiativemultinationales

Aposentação: Não perca a sua AHV-AVS de vista

Quem pensa que «a AHV-AVS funciona automaticamente» pode ter uma desagradável surpresa quando chegar à idade da reforma. Vale a pena controlar a sua conta AHV-AVS regularmente. Dizemos-lhe aqui como.

Quem tem de fazer descontos?

Para quem vive e trabalha na Suíça, a AHV-AVS é obrigatória a partir de 1 de Janeiro depois do 17.º aniversário e até à idade da reforma (64 para as mulheres, 65 para os homens). Quem não trabalha tem de fazer descontos a partir do 20.º aniversário. Também é obrigatória para transfronteiriços e trabalhadores sazonais para o tempo de trabalho na Suíça, tal como para empregados domésticos e artistas.

Excepção à obrigatoriedade deste seguro

Se alguém ganha menos do que CHF 2300 para um mesmo empregador, este pode renunciar ao desconto para a AHV-AVS. Para os trabalhadores, no entanto, isto não vale a pena, as quotizações faltam depois para o cálculo da pensão de reforma. Exija explicitamente o desconto, mesmo em caso de salário baixo, como são considerados os salários inferiores a CHF 2300.

Descontos

Os descontos são feitos directamente do salário. A cotização para a AHV-AVS é de 8,4% do seu salário, dividido entre si e o seu empregador. A isso se junta 1,4% para o seguro de invalidez IV-AI e 0,45% para o seguro de perda de salário EO-APG-IPG.

Não assalariados

Domésticos, reformados por invalidez e estudantes também têm de cotizar para a AHV-AVS, IV-AI e EO-APG-IPG, mesmo que não recebam salário. Os cálculos são feitos com base nos bens que possuem. O desconto mínimo é de CHF 482 por ano, o máximo CHF 24 100. Encontra a tabela actual em: www.ahv-iv.ch/p/2.03.d.

Trabalhadores por conta própria

Os trabalhadores por conta própria cotizam a totalidade do valor, dependendo dos rendimentos e do capital, entre 5,196% e 9,65%. A isso é acrescentado um desconto para abono de família e seguro de perda de rendimentos.

Divórcio

Em caso de divórcio, as contas AHV-AVS são divididas. Isto quer dizer que ambos os cônjuges têm de partilhar com o outro metade das cotizações feitas durante o casamento. Esta divisão pode ser feita no momento da reforma, mas vale a pena fazê-la logo que o divórcio seja legalmente válido. Verifique se os valores bem como os créditos de educação e assistência foram correctamente registados.

Não assalariados casados

Se o seu cônjuge ou parceiro registado pagar o dobro do montante mínimo para a AHV-AVS, então não tem de pagar mais nada, caso não tenha um trabalho assalariado. O valor mínimo é actualmente de CHF 964. Assim que o parceiro que faz os descontos se reformar, os não assalariados casados têm de começar a pagar. Não se esqueça de informar imediatamente a caixa de seguros.

Créditos de educação e assistência

Se tiver filhos (também adoptivos) ou se tiver de cuidar de um membro da família que necessita de assistência, pode adicionar créditos de educação e assistência à sua conta. Trata-se de um rendimento fictício que lhe é creditado para o cálculo da reforma. Para isso tem de possuir o direito paternal. Se ambos os pais o possuem, no caso de casados este valor é dividido entre ambos. No caso de divorciados ou não casados, a divisão depende da assistência dada às crianças.

Buracos nos descontos: peça um excerto de conta

Os buracos na AHV-AVS têm consequências no valor da sua reforma. A qualquer momento, pode controlar se os empregadores sempre pagaram correctamente os seus descontos para a AHV-AVS: rebrand.ly/kontoauszug. Eventuais buracos na cotização dos últimos cinco anos podem ser fechados pagando posteriormente o valor mínimo anual da AHV-AVS.

Cálculo

Para conhecer o valor da sua pensão de reforma, pode em qualquer altura pedir um cálculo. Veja aqui como fazer: <http://acor-avs.ch/conditions>. Para mais informações: www.ahv-iv.ch

Work, Sina Bühler (adaptado)

Pergunte, que nós respondemos

Certificado de trabalho: O que fazer se a empresa recusar dar-mo?



Mudei de emprego e solicitei um certificado de trabalho à minha antiga empresa. Não obstante vários pedidos nesse sentido, ainda não o recebi. Tenho direito a um certificado de trabalho?

Philip Thomas: Sim, tem claramente direito a um certificado de trabalho. Segundo o Código de Obrigações suíço, tem direito a um certificado de trabalho durante a relação laboral, bem como nos cinco anos posteriores ao termo do contrato. Uma vez que ainda não recebeu o seu certificado de trabalho, pode redigir uma proposta de certificado e enviá-la ao seu ou à sua chefe. Informe também o/a chefe que o/a processará se não receber o documento. Se não o receber ou se não concordar com o conteúdo do mesmo, pode intentar uma acção judicial. Para tal, é necessário iniciar primeiro o processo de arbitragem e, se não houver acordo, deve recorrer ao tribunal competente. Nesse caso, o melhor é contactar o secretariado do Unia responsável pela sua região. Terão todo o gosto em ajudar.

Work, 16.12.2018

Prestações complementares: Tenho de as reembolsar?

Desde há muito que recebo uma pensão de invalidez por inteiro. Dado que o meu rendimento é baixo, recebo também prestações complementares. Recentemente herdei 50 000 francos. Tenho de reembolsar as prestações complementares já recebidas?

Philip Thomas: Não, não tem de reembolsar as prestações complementares. Estas são muitas vezes confundidas com o auxílio social. Este tem de ser reembolsado num caso como o seu. Mas as prestações complementares só têm de ser restituídas se foram recebidas com base em factos falsos. É o caso se o património foi omitido ou se, na qualidade de beneficiário de uma pensão de invalidez, não tiver declarado um rendimento adicional. Ou se não comunicar um ajuste da renda da casa. Deve agora informar a Caixa de Compensação competente que herdou os 50 000 francos.

Work, 16.12.2018

O activista e sindicalista Remo Schädler deixou-nos

Remo Schädler foi um sindicalista de alma e coração. Trabalhou para o movimento sindical desde 2003 no sindicato do ramo da indústria de metalurgia, máquinas e relojoaria e, depois da fusão, no Unia. Como secretário regional do Unia Zürich-Schaffhausen, deu um contributo considerável para que a região se tornasse mais representativa, ofensiva e bem sucedida.

Remo realizou um excelente trabalho numa grande variedade de áreas. E, em especial, empenhou-se activa e convictamente na defesa dos direitos dos migrantes. Durante muitos anos, foi um dirigente bem-sucedido do grupo de interesse de migração da região Zürich-Schaffhausen. Sob a sua direcção, este grupo de migração passou a ser um dos mais activos do Unia. Remo participava regularmente na «Corrida contra o Ra-



cismo» em Zurique e organizava todos os anos acções para o Dia Internacional da Migração.

Remo sempre fez tudo para representar o claro mandato político do Unia, estava sempre aberto às preocupações dos trabalhadores e dos migrantes e nunca deixou de se empenhar para fazer valer os direitos deles na rua, nos estaleiros da construção civil ou nas negociações. Gozava da confiança de todos e quem com ele passeava em Zurique notava como ele era conhecido e como o seu enorme comprometimento social e cultural era valorizado.

Na terça-feira, dia 15 de Janeiro de 2019, o nosso colega e amigo Remo Schädler sucumbiu à doença. Os nossos pensamentos estão com a sua esposa, seus filhos, todos os seus entes queridos e desejamos a todos muita força para suportar esta grande perda.

Osman Osmani e Marília Mendes

Eleições do Parlamento Europeu A Europa precisa de um parlamento mais social

Entre 23 e 26 de Maio deste ano, os cidadãos da UE são chamados a eleger os seus deputados para o Parlamento Europeu. Porque é que isso é importante para a Suíça, que não pertence à UE? Os cidadãos da UE que vivem na Suíça podem votar. O que é que precisam de fazer?

Porque é que esta eleição é importante?

O Parlamento Europeu tem um papel decisivo no processo de criação de leis na União Europeia. Na prática, todas as leis importantes precisam da aprovação do Parlamento. Se este recusa uma proposta de lei, esta não entra em vigor. Além disso, os deputados europeus decidem sobre as finanças e a constituição do governo da UE, a Comissão. Estas eleições vão, por isso, decidir em que sentido é que a União Europeia se vai desenvolver nos próximos cinco anos.

Como é que a Suíça é atingida?

A Suíça assinou vários acordos bilaterais com a UE que a obrigam a adoptar direito desta. Por isso, nestas eleições não só se decide quem vai dirigir, nos próximos cinco anos, os destinos dos cidadãos da EU, mas também dos habitantes da Suíça.



Desenvolvimento preocupante

A situação política actual é, infelizmente, motivo de grande preocupação. Em toda a Europa vemos um aumento de forças radicais. Estas consideram as conquistas sociais, como a segurança social ou direitos laborais, como uma ameaça. Elas criam um clima de medo, por exemplo contra migrantes, e utilizam esse medo para porem na prática uma política nacionalista e egoísta. Consideram, por exemplo, a igualdade entre homens e mulheres como um ataque aos «valores tradicionais». Por tudo isso, é importante votar naqueles candidatos que se empenham pelos direitos das minorias e dos mais fracos e que lutam pelos direitos dos trabalhadores e por uma Europa mais social.

Recenseie-se para votar por uma Europa mais social

Cada país da UE determina a data das eleições, que tem de ser entre 23 e 26 de Maio. Para já, o mais importante é fazerem o recenseamento eleitoral. Para os cidadãos portugueses o recenseamento eleitoral passou a ser, a partir de Agosto de 2018, automático no momento em que fazem a sua inscrição consular. Cidadãos portugueses que vivem na Suíça e já estavam inscritos no consulado, podem igualmente

recensear-se, caso não o estejam já. Podem também alterar o posto de recenseamento daquele a que corresponde a morada associada ao cartão de cidadão para outro dentro do mesmo país. O recenseamento e a eventual alteração de posto consular têm de ser feitos 60 dias antes da data da eleição. Aconselha-se a consulta dos cadernos eleitorais quando estiverem em consulta pública, para confirmação dos dados e solicitação de eventuais correcções. A data de consulta pública dos cadernos eleitorais será devidamente publicitada por edital / página de Facebook da Embaixada, logo que as datas sejam oficiais. Também pode consultar www.recenseamento.mai.gov.pt.

As eleições para os deputados portugueses da UE realiza-se no domingo, 26 de Maio. O voto pode ser por correio ou presencial nos locais de voto do posto consular em que está recenseado. Quem quiser exercer o direito de voto por via postal, deve solicitá-lo à respectiva comissão recenseadora. Mais informações:

www.portaldoeleitor.pt

Marek Wieruszewski e Marília Mendes